SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE INSTITUIÇÃO DE TRIBUTO POR TRATADO NO DIREITO BRASILEIRO

Aldemario Araujo Castro 13

DIREITO TRIBUTÁRIO NUMA ECONOMIA GLOBALIZADA – TRIBUTAÇÃO E INTEGRAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL: UM EXAME DO ENTENDIMENTO DO STJ SOBRE OS ACORDOS QUE IMPEDEM A DUPLA TRIBUTAÇÃO DA RENDA NO ÂMBITO INTERNACIONAL

André Elali 23

O JUIZ E A LEGITIMAÇÃO DO SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

Artur Cortez Bonifácio 49

TRIBUTAÇÃO DOS PROVEDORES DE ACESSO À INTERNET – CONFLITO APARENTE DE COMPETÊNCIA IMPOSITIVA ENTRE ESTADOS-MEMBROS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS

Clélio Chiesa 67

A INCIDÊNCIA DO ICMS SOBRE OS PROVEDORES DE ACESSO À INTERNET

Cristiano Carvalho e Eduardo Jobim 87

LIÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO PENAL

Dejalma de Campos 107

ILICITUDE E CULPABILIDADE NO DIREITO TRIBUTÁRIO PENAL

Edmar Oliveira Andrade Filho 121

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO DO DIREITO DO CONTRIBUINTE E A LC 118: ENTRE REGRAS E PRINCÍPIOS

Eurico Marcos Diniz de Santi 149

COMPENSAÇÃO DO CRÉDITO-PRÊMIO DE IPI E RESTRIÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI 11.051/04

Gabriel Lacerda Troianelli 179

RESOLUÇÃO DE CONFLITOS ENTRE O TRATADO INTERNACIONAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Guilherme Cezaroti 199

DIREITO TRIBUTÁRIO SANCIONADOR E O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Helenilson Cunha Pontes 225

INTERPRETAÇÃO DOS TRATADOS CONTRA A DUPLA TRIBUTAÇÃO INTERNACIONAL – ESTUDO EM HOMENAGEM AO MIN. JOSÉ DELGADO

Igor Mauler Santiago 253

ALGUMAS QUESTÕES SOBRE DECADÊNCIA E PRESCRIÇÃO

Ives Gandra da Silva Martins 283

MULTA TRIBUTÁRIA CONFISCATÓRIA

Jorge de Oliveira Vargas 297

VALOR DA CAUSA: NATUREZA E CONTROLE JUDICIAL DE OFÍCIO

José Carlos Francisco 307

REEXAME DOS CONCEITOS DE CONVALIDAÇÃO, ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E AUTORIZAÇÃO NO DIREITO ADMINISTRATIVO

Juarez Freitas 313

DAS "ADAPTAÇÕES" REALIZADAS PELA LEI COMPLEMENTAR 118/05 AO CTN EM FACE DA LEI 11.101/05 (NOVA LEI DE FALÊNCIAS)

Júlio M. de Oliveira e Renata C. Antonio Rossi 337

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

CORRUPÇÃO ADMINISTRATIVA E AS POSSIBILIDADES DE CONTROLE

Lúcia Valle Figueiredo 367

É APLICÁVEL A REGRA DO ART. 166 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL À COFINS NÃO-CUMULATIVA E AO PIS NÃO-CUMULATIVO?

Marcelo Magalhães Peixoto e Marcelo de Lima Castro Diniz 377

A BASE DE CÁLCULO DO ICMS NAS VENDAS FINANCIADAS E NAS VENDAS A PRAZO

Marcelo Viana Salomão 403

SOBRE O FUTURO DA TRIBUTAÇÃO: A FIGURA DOS INTANGÍVEIS

Marco Aurélio Greco 421

DA NÃO-INCIDÊNCIA DA CPMF SOBRE OPERAÇÕES DE REMESSA SIMBÓLICA DE CÂMBIO

Maria Rita Ferragut 437

O MONOPÓLIO ESTATAL NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POSTAIS

Mariana Campos de Souza e Edison Carlos Fernandes 445

SIGILO BANCÁRIO: FALÁCIAS E MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL COMO DEFESA E ATAQUE

Melissa Folmann 465

A NATUREZA DE SANÇÃO DO ART. 43 DA LEI 8.541/92

Octavio Campos Fischer 503

AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR E AS CLÁUSULAS PÉTREAS

Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho 523

NÃO INCIDE O ICMS NA ATIVIDADE DOS PROVEDORES DE ACESSO À INTERNET

Paulo de Barros Carvalho 537

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

A LEI COMPLEMENTAR COMO AGENTE NORMATIVO ORDENADOR DO SISTEMA TRIBUTÁRIO E DA REPARTIÇÃO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS

Sacha Calmon Navarro Coelho 547

A INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO E O CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE

Sérgio Augusto Zampol Pavani 581

NOTAS ACERCA DA INCIDÊNCIA DA COFINS SOBRE INGRESSOS DE CAIXA E RECEITA DE TERCEIROS

Solon Sehn 601

ESTIPULAÇÃO EM MOEDA ESTRANGEIRA

Tércio Sampaio Ferraz Jr. 627

ÍNDICE ALFABÉTICO 645

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br